POLÍTICAS PÚBLICAS E AGROECOLOGIA: O CONTEXTO DE AGROECOSSISTEMAS NO TERRITÓRIO NORDESTE PARAENSE, AMAZÔNIA, BRASIL

Valdir da Cruz Rodrigues[1]
Jaqueline Rafael Cardoso Mesquita[2]
Silvana Benassuly Maués de Medeiros[3]

Resumo

O trabalho faz uma identificação e análise de políticas públicas em favor da agroecologia e da diversificação produtiva desenvolvida por agricultores familiares no nordeste do Pará. Analisam-se algumas das características dessas políticas, expressas por meio de projetos e/ou ações em curso em propriedades familiares. Argumenta-se que a presença (ou não) do poder público nos espaços rurais familiares pode inferir no desenvolvimento rural local, incidindo na promoção de estratégias produtivas e ambientais baseadas na diversificação produtiva e agroecológica. Foi realizado estudo de caso em nove agroecossistemas localizados em quatro diferentes municípios do Território Nordeste Paraense, utilizando-se de entrevistas semiestruturadas e observação direta. A pesquisa identificou várias formas de organização comunitária a que se encontram vinculados esses agricultores, constatando-se como eles percebem essas organizações sociais para suas vidas. Incide-se, portanto, sobre a necessidade de identificar, descrever e analisar os principais resultados alcançados pelos agricultores familiares em suas propriedades, que podem ser caracterizados como positivos para o exercício permanente de práticas agroecológicas familiares – portanto sustentáveis – de produção de alimentos e de conservação da sociobiodiversidade. As informações coletadas e interpretadas proporcionam condições para que se possa proceder com estudos comparativos posteriores acerca dos caminhos percorridos, dos resultados alcançados e de eventuais novos apoios de políticas públicas que objetivem a ampliação de experiências produtivas diversificadas e agroecológicas, a fim de garantir segurança e soberania alimentar e nutricional de agroecossistemas familiares.

Palavras-chaves: Agricultura familiar; Desenvolvimento rural; Agroecologia.

Abstract

The work analyzes and identifies public policies in favor of agroecology and productive diversification developed by family farmers in the northeast of Pará. The characteristics, limits and challenges of these policies are analyzed through ongoing projects and / or actions in properties relatives. It is argued that the presence (or not) of public power in family rural spaces can be inferred in local rural development, focusing on the promotion of productive and environmental strategies based on productive and agroecological diversification. A case study was carried out in nine agroecosystems

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônica, INEAF/UFPA/EMBRAPA. valdir.territorio@gmail.com.
[2] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônica, INEAF/UFPA/EMBRAPA. jaquelinercmesquita@gmail.com
[3] Engª Florestal. Especialista em Ordenamento Territorial. Docente – Campus Cametá/Pará. sbenassuly@yahoo.com.br

located in four different municipalities in the northeast of Para, using semi-structured interviews and direct observation. The research identified several forms of community organization to which these farmers are linked, where they could see how these perceive these social organizations for their lives. Therefore, it is necessary to identify, describe and analyze the main results achieved by family farmers on their properties, which can be characterized as positive for the permanent exercise of familiar and sustainable agro-ecological practices of food production and conservation of socio-biodiversity. The information collected and interpreted provides the conditions for subsequent comparative studies on the paths covered, the results achieved and possible new public policy support aimed at the expansion of diversified and agroecological production experiences, in order to ensure the safety and food and nutritional sovereignty of family agroecosystems.

Keywords: Family Agriculture; Rural Development; Agroecology.

INTRODUÇÃO

O Brasil viveu, no período de 2003 a 2016, momentos importantes em que ocorreu avanço significativo na democratização das políticas públicas, especialmente no meio rural, com uma descentralização do processo de decisão sobre a aplicação de recursos públicos em favor de projetos de desenvolvimento rural (OLIVEIRA, 2015). Emergiram novas gerações de políticas públicas para a agricultura familiar que privilegiaram, de alguma forma, a abordagem territorial e os aspectos importantes da gestão social[1] do desenvolvimento (SCHNEIDER, 2014).

Essas novas gerações de políticas públicas brasileiras proporcionaram condições para a promoção de processos de desenvolvimento que levassem em conta ações de concertação social ou coordenação de interesses. Para isso foi necessário prover atributos como confiança, normas e sistemas, considerados relevantes para a sociedade, com vistas a garantir maior eficiência no processo de coordenação de interesses entre Estado e sociedade civil (PUTNAM, 1996)

Neste sentido, passou-se a privilegiar os contextos territoriais e locais como uma nova unidade de referência e mediação das ações do Estado. A abordagem de desenvolvimento territorial passa a constituir-se como estratégia de intervenção para o desenvolvimento rural, valorizando os atributos políticos, sociais, econômicos, ambientais e culturais, bem como os atores sociais dos espaços rurais.

[1] Tratamos gestão social como um gerenciamento mais participativo e dialógico entre o Estado e a sociedade. Essa perspectiva permite o compartilhamento de decisões entre os envolvidos no processo de gestão territorial, ainda que de antemão não se possa definir quais os papéis ou funções de cada ator social, seja ele público, seja privado, e menos ainda a respeito de níveis de gestão, não em termos de

Esse período, que irá se estender até os dias atuais, também é caracterizado por maior evidência do tema agroecologia nos espaços rurais familiares. Identifica-se a percepção e realidade da agroecologia a partir da possibilidade de garantia dos processos de distribuição e segurança alimentar, envolvendo produção, elaboração e transformação, transporte, distribuição, conservação e preparação de alimentos (MOLINA, 2011). A perspectiva agroecológica possui caráter polissêmico, e o conceito chave que o guia é a sustentabilidade. Assim, evidencia-se uma agroecologia como manejo ecológico dos recursos naturais por meio da ação coletiva (GUSMÁN, 2002); essa agroecologia também se apresenta como enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agriculturas convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis (CAPORAL & COSTABEBER, 2004).

Dessa forma, em nível local, o lugar privilegiado para a execução de políticas públicas com perspectiva agroecológica são os agroecossistemas. Eles são definidos como um ecossistema cultivado, socialmente gerido, sendo a ancoragem material dos processos de intercâmbio de matéria e energia entre a esfera natural e a esfera social. Esses processos podem ser descritos e analisados por meio de fluxos econômico-ecológicos e definidos como unidade social de apropriação e conversão de bens ecológicos em bens econômicos (ANA, 2017).

O presente trabalho trata da identificação e análise de políticas públicas que objetivaram o apoio à agroecologia e à diversificação de atividades produtivas, econômicas, sociais e ambientais junto a agricultores familiares em quatro municípios do nordeste do Pará[1]. Primou-se pela investigação de políticas voltadas para a dimensão produtiva (produção, meio ambiente e comercialização) e que ainda estavam sendo executadas pelos agricultores familiares durante a realização da atividade de campo, no ano de 2017.

Analisou-se brevemente o perfil de algumas das políticas, programas e/ou ações identificadas, a partir de seus objetivos e estratégias originais e de algumas caracterizações das propriedades familiares. Ao mesmo tempo, foram analisadas as

estruturas hierárquicas, mas sim de legitimidade social na condução das diretrizes das políticas territoriais (OLIVEIRA, 2015).

[1] O IBGE considera que o Território Nordeste Paraense é formado por cinco microrregiões: Cametá, Tomé-Açu, Salgado, Guamá e Bragantina. Nossa área de estudo localiza-se mais especificamente na microrregião do Tomé-Açu e Salgado, consideradas as regiões mais antigas do Pará.

formas de organização social a que estão vinculados os agricultores envolvidos e em que medida essas organizações representativas incidem sobre a mobilização das políticas e no desenvolvimento das atividades produtivas locais. Nossa hipótese é que a presença (ou não) do Estado nos espaços rurais familiares (por meio de políticas públicas), associada à capacidade de organização social atuante nas comunidades, pode inferir de forma decisiva no desenvolvimento rural e na promoção de modelos produtivos alternativos (como os sistemas agroflorestais) e agroecológicos no contexto da agricultura familiar[1].

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados para a construção deste documento consistiram de um estudo de caso (BECKER, 1994). Foram realizadas visitas a nove agroecossistemas familiares, durante sete dias, localizados em diferentes municípios do nordeste do estado do Pará: um em São Domingos do Capim; dois em Igarapé-Açu; dois em Irituia; e quatro no município de Tomé-Açu. Cada um possuía uma área de até 25 hectares. A interlocução se deu por entrevistas não diretivas, entendendo que esse tipo de entrevista leva vantagem nas pesquisas com questionário dirigido porque permite contornar os cerceamentos dos questionários com perguntas fechadas, em que a estrutura completa da entrevista está sob o controle exclusivo de quem a elaborou (MICHELAT, 1987).

A coleta de informações também se deu por exercício de observação participante (BECKER, 1994), em que a convivência direta com os agricultores, no interior de suas propriedades (em SAFs e consórcios), durante a permanência dos pesquisadores, possibilitou maior conhecimento da realidade de cada família. Partiu-se do pressuposto de que a pesquisa qualitativa deve priorizar os pontos de vista dos indivíduos. Ela deve convergir para a assertiva de que a realidade social só aparece sob a forma de como os indivíduos veem este mundo, uma vez que o meio mais adequado para captar a realidade é aquele que propicia ao pesquisador ver o mundo através "dos olhos dos pesquisados" (GOLDENBERG, 2004).

[1] O conceito institucional de agricultura familiar foi definido pela Lei nº 11.326/2006 (artigo 3°): produtor com área de até quatro módulos fiscais e que utiliza mão de obra familiar nas atividades do estabelecimento, podendo manter até dois empregados permanentes. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil.

Estruturou-se este trabalho de modo a assegurar, inicialmente, uma visão geral dos agroecossistemas visitados, destacando a diversidade de seus sistemas produtivos, conforme descritos pelos próprios agricultores, refletindo ainda sobre seus entendimentos e experimentos acerca de sistemas agroflorestais (SAFs). Em seguida são descritas as principais formas de organização social a que essas famílias estão vinculadas. Posteriormente, procedeu-se à descrição e análise das principais políticas e programas encontrados nos estabelecimentos agrícolas (e em alguns casos em seu entorno) que, de alguma forma, na visão das pessoas do local, contribuíram para a realidade atual. Conclui-se o trabalho refletindo acerca do potencial das experiências visitadas e aponta-se para as (in)certezas da continuidade do apoio de políticas e programas em favor de sistemas agroflorestais diversificados e agroecológicos, dado o cenário político brasileiro atual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Agricultura familiar e diversificação

Os municípios que foram palco dos estudos aqui descritos estão localizados na região nordeste do estado Pará. Com a configuração da política de desenvolvimento territorial, no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios (Pronat)[1] do governo federal, no período de 2004 a 2016, os municípios estão assim caracterizados: São Domingos do Capim, Irituia e Tomé-Açu, pertencentes ao Território da Cidadania Nordeste Paraense; e município de Igarapé-Açu, pertencente ao Território Rural do Salgado[1].

Conforme dados do IBGE (2010), o território produz 80% da produção agrícola do Pará, que é distribuída para todo o País. Cerca de 50% da produção de soja do estado está no Nordeste Paraense. A produção de óleo de palma está crescendo inclusive em propriedades familiares. A produção de gado também é substancial, com um rebanho de 1.610.589 cabeças em 2011, produzindo 10% de toda a carne bovina do

[1] No âmbito do Pronat, o território é definido como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL, 2008).

Pará. Essas produções, representativas, revelam os processos de modernização agrícola que ocorreram no território durante os últimos 50 anos, evidenciando o crescimento de grandes fazendas de produção extensiva, sobretudo nos municípios de Paragominas, Ulianópolis e D. Eliseu.

Por outro lado, considerando sua formação histórica, em termos de demografia e infraestrutura, o Território do Nordeste Paraense corresponde a "uma frente pioneira consolidada" (PIRAUX et al., 2012). A agricultura familiar se destaca na vasta e diversificada produção de alimentos que garante o abastecimento local e a comercialização em escalas estadual e nacional, inclusive de alimentos agroecológicos reconhecidos internacionalmente.

Municípios como Irituia, Capitão Poço, Tomé-Açu, Santa Luzia e Marapanim (entre outros) caracterizam-se por significativa diversidade produtiva em seus agroecossistemas familiares[1], onde se verificam as mais antigas áreas ocupadas do Pará. Nesses e em municípios ao seu redor, ocorre a maior concentração populacional na região. Quando comparada às demais regiões do estado do Pará, manifesta-se maior pressão sobre os recursos naturais (MOTA et al., 2011), particularmente na última década, quando a população ali residente sofreu aumento de 30%, resultando num total de 1.712.887 habitantes (IBGE, 2010). Dessa forma, os municípios envolvidos nesta pesquisa são caracterizados por uma significativa diversidade produtiva a partir de atividades familiares, onde se verifica que, nesta parte do estado do Pará,

> Em se tratando das atividades econômicas, a agricultura predomina por meio do cultivo da mandioca, produto que tem fácil comercialização onde vivem, e que é transformado em farinha, base da alimentação. As roças de milho e de feijão; os quintais (onde espécies florestais e frutíferas associam-se); o extrativismo animal (peixe e camarão) e vegetal (açaí, pupunha, inajá, castanha-do-brasil, sementes, etc.) também têm importância e compõem a pauta de atividades. A partir da atribuição de maior ou menor importância no conjunto das atividades da família, a criação de pequenos animais, de gado bovino e de peixes é praticada (MOTA, et al., 2011. p. 382).

No contexto do Nordeste Paraense, essa diversidade produtiva pode ser entendida como sistemas agroflorestais (SAFs), uma vez que constituem escolhas de intensificação sustentável do uso da terra, mediante formas produtivas e econômicas, que aumentam a produtividade por unidade de área e trazem benefícios econômicos,

[1] Segundos dados do IBGE (2018), a população desses municípios está assim composta: São Domingos do Capim: 31.837 hab.; Irituia: 32.504 hab.; Tomé-Açu: 62.854 hab.; Igarapé-Açu: 38.588 hab.

ambientais e sociais. São, portanto, combinações de componentes arbóreos, animais, pastagens e cultivos agrícolas, explorados de maneira simultânea ou em sequência temporal (BARROS, 2009).

Neste sentido, no caso específico dos municípios estudados, a pesquisa demonstrou que os agroecossistemas estão inseridos em processos que têm conseguido construir sistemas diversificados e dinâmicos em nível local e que permitem viabilizar canais formais de cooperação, estáveis e contínuos, numa perspectiva de formação cidadã, cujo processo é conduzido pelas representações desses atores sociais (COLLADO; GALLAR, 2010). A perspectiva da diversidade produtiva tem privilegiado as experiências locais dos agricultores familiares, refletindo sobre o importante papel que o conhecimento tradicional desempenha na consolidação dos SAFs e, portanto, na visibilidade que se proporciona à agroecologia, considerada neste contexto como uma ciência-movimento-prática (TOLEDO, 2016). Assim, por meio desses sistemas agroflorestais, a perspectiva transdisciplinar da agroecologia (SÁ; SILVA, 2014) se apresenta como eficiente processo metodológico de fortalecimento da vertente amazônica da agroecologia, expressando visões e práticas agroecológicas que vão além de considerações técnicas, mas, ao contextualizá-la nas realidades e capacidades locais, tem-se manifestado o interesse pelas condições e capacidades de fortalecimento da agricultura camponesa (PIRAUX et al., 2012).

Essas perspectivas podem ser confirmadas pelo contato com agroecossistemas locais. O Quadro 1 sintetiza informações referentes aos principais produtos existentes em cada uma das propriedades familiares visitadas pela pesquisa.

Quadro 1. Principais produções dos agroecossistemas visitados.

	Munícipio	**Localidade**	**Proprietário**	**Principais produções**
1	S. D. do Capim	Monte Sião	AF* 1	Cacau, açaí, óleo de andiroba, bacuri, cupuaçu, essências florestais, banana, peixe
2	Igarapé-Açu	Novo Brasil	AF 2	Milho, feijão, cupuaçu, açaí, essências florestais, tangerina, graviola, pupunha, limão, laranja, coco, café, taperebá
3	Igarapé-Açu	São Luiz	AF 3	Apicultura familiar
4	Irituia	Ramal S. Francisco	AF 4	Segue as cadeias da cooperativa: SAF, hortaliças, criação de pequenos animais, mandioca, banana, laranja, limão, cupuaçu, etc.
5	Irituia	Ramal do	AF 5	Segue as cadeias da cooperativa: SAF, hortaliças,

[1] Entende-se que um agroecossistema como um ecossistema cultivado, socialmente gerido, onde ocorre a ancoragem material dos processos de intercâmbio de matéria e energia entre a esfera natural e a esfera social (LONDRES; PETERSEN; MARTINS, 2017).

		Borges		criação de pequenos animais, mandioca, banana, laranja, limão, cupuaçu, maracujá, cacau, etc.
6	Tomé-Açu	Fazenda Konagano	AF 6	Cupuaçu, cacau, açaí, pimenta-do-reino, maracujá, melão, mamão
7	Tomé-Açu	4º Região	AF 7	Cacau, cupuaçu, maracujá, dendê, graviola, açaí
8	Tomé-Açu	Tomé-Açu	AF 8	Dendê, cacau, açaí, pimenta-do-reino, mogno, ipê, bacaba
9	Tomé-Açu	Sta. Luzia	AF 9	Cupuaçu, acerola, cacau, açaí, maracujá, dendê, pimenta-do-reino, banana, essências florestais

AF: agricultor familiar

Fonte: Elaborado pelos autores, 2017.

A evidência de SAFs ocorre em todos esses agroecossistemas, alguns em estágios intermediários e outros já consolidados, de forma que os próprios agricultores apresentam um conjunto de interpretações próprias acerca do que eles entendem por SAF. Na comunidade Monte Sião, por exemplo, o AF 1 afirmou que, "na verdade, já fazia SAF, só que não sabia, porque sempre gostou de plantar de tudo um pouco para as plantas se ajudarem", e considera o extrativismo uma forma de sistema agroflorestal. Já o AF 3, na comunidade São Luiz, "não considera sua propriedade orgânica, nem tradicional; considera-a agroflorestal", apesar de compreender que desenvolve amplo sistema silvipastoril, que congrega plantas domésticas e silvestres, onde ele executa o rebaixamento de copas e desenvolve diversas práticas de enxertia, tendo como principal objetivo a produção de mel e a disseminação pedagógica da importância da apicultura para a produção de alimentos e preservação dos recursos naturais.

Essas e outras interpretações se expressam das mais variadas formas e resultam, certamente, de processos regulares de experimentos concretos desenvolvidos ao longo dos anos. Evidentemente, da maneira própria de se expressar de cada agricultor, com sua sabedoria construída ao longo dos anos, proporcionaram-se entendimentos conceituais sobre SAFs, como a compreensão de que eles atuam na proteção do solo, na retenção de umidade, na manutenção e no equilíbrio da biodiversidade, com menos agressão ao ambiente natural, além de se apresentar como um ambiente agradável para trabalho e permitir colheita e renda escalonadas, em virtude da diversidade de espécies cultivadas na mesma área.

Outro fator que se expressou nas visitas está relacionado à utilização de pouco ou nenhum defensivo químico nos SAFs, o que revela um grau de entendimento de que isso conduz à produção saudável de alimentos e diminui os riscos à saúde da família. Foram visitadas experiências alternativas de produção de defensivos orgânicos a partir dos recursos e das capacidades locais de cada agroecossistema. Como exemplo, pode-se citar a formação e o uso de palhada e esterco de animais em cobertura; o uso de

biofertilizantes nas plantas, produzidos a partir de compostagens; o uso de defensivos naturais no manejo de insetos indesejáveis (pragas) e doenças nas lavouras e criações. Além disso, os agricultores manifestam a necessidade de permanência da umidade do solo durante maior tempo, para melhor circulação de ar dentro do solo, mantendo a fonte de nitrogênio às plantas cultivadas, inclusive quando os adubos verdes são leguminosas.

Não menos importante, a atuação de organizações sociais (Quadro 2) diretamente relacionadas a esses agricultores constitui uma realidade. Elas exercem inferência direta, a partir das dimensões econômica, social, política e ambiental, no funcionamento dos agroecossistemas.

Quadro 2. Formas de organização social às quais os agricultores estão vinculados.

	Munícipio	**Localidade**	**Proprietário**	**Forma de organização social**
1	S. Domingos do Capim	Monte Sião	AF 1	Associação
2	Igarapé-Açu	Novo Brasil	AF 2	Cooperativa
3	Igarapé-Açu	São Luiz	AF 3	-
4	Irituia	Ramal S. Fco.	AF 4	Cooperativa
5	Irituia	Ramal do Borges	AF 5	Cooperativa
6	Tomé-Açu	Faz. Kanagano	AF 6	Cooperativa
7	Tomé-Açu	4º Região	AF 7	Prefeitura
8	Tomé-Açu	Tomé-Açu	AF 8	Associação
9	Tomé-Açu	Sta. Luzia	AF 9	Associação/Cooperativa

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Com exceção de uma única família que disse que a associação "não funciona", todas as outras manifestaram importância positiva quanto ao papel que as organizações sociais exercem em seu processo produtivo e de comercialização, com destaque para a participação em cooperativas que, neste caso, representa 62,5% do total das instituições identificadas. Além de "representarem" os agricultores fora da comunidade – em órgãos oficiais, como Incra, prefeituras, governo do estado –, essas instituições são responsáveis por estabelecer contatos com órgãos que compram seus produtos, como a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e as prefeituras municipais. Elas também apoiam outros processos de comercialização em feiras locais e regionais, mobilizando infraestruturas necessárias para transporte e venda dos produtos.

Essas constatações reafirmam que as várias formas de organização local dos agricultores constituem arranjos importantes que contribuíram de forma direta para a lógica produtiva familiar percorrida pelo Território Nordeste Paraense. Esses arranjos

vão desde o nível local (associações, sindicatos, grupos produtivos, cooperativas) até arranjos firmados entre instituições (governamentais e não governamentais) atuantes no meio rural, nas modalidades de ensino, pesquisa e extensão que privilegiam o fortalecimento de processos produtivos e de comercialização, tendo os SAFs como uma das mais importantes estratégias.

Políticas públicas em apoio a processos diversificados e agroecológicos

No Brasil, os anos de 2003 a 2016 ficaram marcados como um período em que ocorreu a criação de importantes políticas públicas para o meio rural familiar. Aliado a isso, foram criados instrumentos indispensáveis para avançar na descentralização da ação pública (LEITE et al., 2008). Processos de renovação de ações coletivas e individuais sobre o meio rural e dos enfoques sobre os caminhos alternativos desejados para essas populações estiveram na pauta de gestores públicos e da sociedade civil organizada. Neste cenário recente da agricultura familiar, políticas e programas a ela dirigidos constituíram uma das principais portas de entrada para as questões do desenvolvimento rural.

Neste sentido, um mix de políticas públicas setoriais – econômicas, sociais, ambientais, culturais – (LEITE et al., 2008) voltadas para o meio rural (muitas implementadas horizontalmente) foram importantes para a indução de processos de geração de renda e concretização de estratégias de diversificação produtiva e agroecológica. Nessa estratégia, a abordagem territorial do desenvolvimento foi fundamental porque se definiu um marco geral do desenvolvimento territorial, partindo do aprofundamento dos fenômenos socioeconômicos. Eles deram forma ao arranjo e à justificativa para a adoção dos modelos centrados no território. Portanto, a dimensão territorial e a de identidade estavam contidas nas políticas de desenvolvimento do governo brasileiro (PERICO, 2009).

Com a instituição da Política de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ações públicas importantes como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); projetos em apoio à comercialização, diversificação produtiva e alternativas ao uso do fogo, entre outros, foram articulados a partir do enfoque territorial do desenvolvimento.

Nesta parte do trabalho far-se-á a apresentação de algumas experiências que incidiram sobre o contexto encontrado nos agroecossistemas das propriedades analisadas. O Quadro 3 apresenta as principais políticas, os programas ou projetos citados pelos agricultores durante a pesquisa, considerados por eles como presentes e importantes para os avanços nos aspectos técnico-produtivo, social e ambiental de suas propriedades. Apresentam-se, também, as instituições responsáveis pela execução e os beneficiários diretos.

Quadro 3. Políticas/programas identificados nos agroecossistemas e instituições responsáveis pela execução.

Política/Programa	Instituição	Município/Beneficiário
PROAMBIENTE	Ministério do Meio Ambiente (MMA) Movimentos Sociais	S.D. Capim – AF 1
PRONAF Floresta – manejo do açaí	Incra	S.D. Capim – AF 2
PNAE – Via associação	Prefeitura	S.D. Capim – Individual
PNAE – Via Cooperativa D'IRITUIA	Prefeitura	Irituia – Individual
PAA	Conab	S.D. Capim – Individual
	Conab	Irituia – Individual
	Conab/Emater	Tomé-Açu – APROFAMTA associados
PAA Alimentos	Parcerias: Conab, Embrapa, IFPA, Associação	Tomé-Açu – APROFAMTA associados
Projeto Roça Sem Queima - PDA	Embrapa	Igarapé-Açu – AF 2
ATER – Parcerias para apoiar a Cooperativa D'IRITUIA	Secretaria Municipal Agricultura, Emater-PA, Embrapa, IFPA, Ufra, OCB/SISCOOP, FBB, restaurantes de outros estados	Associados - Via Cooperativa D'IRITUIA
Apoio à comercialização - Caminhão	Fundação Banco do Brasil	Cooperativa D'IRITUIA – Associados
Projeto: Sistema Diversificação do Dendê em SAF (cacau, açaí, andiroba, mogno, ipê, pimenta-do-reino, bacaba)	Parceria: Natura, CAMTA, Embrapa, USAID-ICRAF (Cooperação Internacional)	Três experimentos locais – Três famílias
Agroindústria de processamento do cacau	Programa Pará Rural – Governo do Estado	Tomé-Açu - APROFAMTA associados
ECO DENDÊ	Bando da Amazônia	Tomé-Açu – AF 8
Projeto Tijolo Verde[1]	IDEFLORBIO – Governo do Estado	Irituia – AF 5

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

SIGLAS: AF – Agricultor familiar; Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar; Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Ater – Assistência Técnica e Extensão Rural; Conab – Companhia Nacional de Abastecimento; Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural; IFPA – Instituto Federal Educação do Pará; CAMTA – Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu; APROFAMTA –

[1] Projeto que visa ao reflorestamento de áreas alteradas, garantindo a recuperação do passivo ambiental, segurança alimentar e agregação de renda, por meio do fornecimento de matéria-prima para o setor oleiro-cerâmico da região, mediante: levantamento produtivo e ambiental das comunidades; capacitações; implantação dos sistemas agroflorestais (SAFs); monitoramento e acompanhamento técnico nos municípios de São Miguel do Guamá e Irituia. Metas da ação: 400 famílias (IDEFLOR-BIO, 2017).

Associação de Produtores Familiares de Tomé-Açu; OCB-SISCOOP – Organização das Cooperativas do Brasil.

Desde 2003, essas e outras ações se concretizam nos agroecossistemas familiares estudados. Elas são resultantes de reivindicações empreendidas pelos movimentos sociais, em que se foram formulando medidas pelas quais o Estado respondeu às necessidades colocadas, na direção de um desenvolvimento rural sustentável e solidário, amplamente debatido pela sociedade. Efetivamente, variados instrumentos de políticas públicas foram criados, ampliados e/ou reformulados. Importantes alterações começaram a ocorrer nas relações entre Estado e sociedade civil, quando são retomados espaços de diálogo e são promovidas práticas de planejamento ascendente local.

Os processos produtivos percorridos em nível local pelos agricultores se articularam a práticas de gestão social ocorridas em escala territorial, passando a reconhecer o valor, primeiro da organização, a representação, da participação das comunidades, da sociedade organizada, para um diálogo entre sociedade e Estado nos processos de desenvolvimento rural (PERICO, 2009). Atores até então marginais nas arenas públicas tiveram oportunidades de participar diretamente desses espaços e reivindicar suas pautas (CANAVES, 2016), tais como as populações ribeirinhas, quilombolas, pescadores, mulheres, extrativistas.

a) Iniciativas técnico-produtivas

No aspecto técnico-produtivo, as políticas/programas criadas para assegurar apoio à agricultura familiar apresentam-se como capazes de apontar caminhos alternativos a modelos tradicionalmente produtivistas, ou seja, aqueles que privilegiam apenas a dimensão produtiva do agroecossistema, desconsiderando dimensões importantes como a social, ambiental e cultural. Dessa forma, destaca-se o acesso das famílias dos agroecossistemas estudados ao PAA, ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a projetos de apoio a agroindústrias, projetos de promoção da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). Eles visam a processos que têm por base referenciais agroecológicos e caminham no intuito de favorecer orientações técnicas para assegurar a produção de alimentos de forma saudável. Efetivamente os novos instrumentos de políticas públicas voltados para o fortalecimento da agricultura familiar e em favor da agroecologia estão presentes na trajetória do Ministério do

Desenvolvimento Agrário (MDA), que se manteve como canal fundamental para articular o mix de políticas públicas em favor do desenvolvimento rural familiar. Verifica-se, sobretudo a partir de 2003, o surgimento de uma nova geração de políticas públicas (SCHNEIDER, 2014), de caráter inovador, que buscou romper, de diferentes maneiras, com uma abordagem setorial do desenvolvimento rural, centrada na melhoria da produtividade agrícola. Destaca-se também o crescente reconhecimento, pelas políticas públicas, da diversidade de atores sociais presente no mundo rural brasileiro (SCHIMITT, 2017).

Identificou-se junto aos agricultores a preocupação com o aspecto da qualidade dos alimentos, no que se refere a procedimentos utilizados para plantar, praticar a extração ou manejo e processar os alimentos que serão comercializados. É possível afirmar que essa preocupação é oriunda de diversos fatores, tais como a formação da consciência desses agricultores, as orientações técnicas e realização de cursos, oficinas, dias de campo, intercâmbios e de pré-requisitos do perfil produtivo requerido pelas políticas e programas nos quais esses produtores estão inseridos.

b) O Proambiente

Destaque deve ser dado, no que se refere à presença de políticas públicas no âmbito dos agroecossistemas visitados, ao Programa Proambiente. Ele é fruto dos anseios dos movimentos sociais que buscavam conceber uma proposta que visasse à promoção do uso sustentável dos recursos naturais, priorizando o emprego de sistemas de produção que incorporassem tecnologias mitigadoras de impactos ambientais negativos.

Neste sentido, nas propriedades visitadas foi possível verificar práticas oriundas das estratégias do Proambiente, tais como o preparo da terra sem o uso do fogo, a utilização de áreas alteradas/degradadas por meio de implantação de sistemas alternativos de uso da terra, o uso de sistemas agropastoris e sistemas agroflorestais, práticas de agroextrativismo, o extrativismo florestal madeireiro (por meio de manejo comunitário) e não madeireiro, bem como a verticalização da produção familiar rural (PROAMBIENTE, 2003).

Os municípios de São Domingos do Capim, Mãe do Rio, Irituia e Concórdia do Pará compunham o Polo Rio Capim do Proambiente. Nas visitas realizadas aos

agroecossistemas de pelos menos dois desses municípios (São Domingos do Capim e Irituia) são visíveis os resultados positivos. Dentre esses resultados, destaca-se a existência de SAFs em estágios avançados de produção de alimentos e os cuidados com a conservação de reservas florestais nativas e sua biodiversidade (igarapés, nascentes de rios, animais silvestres). Além disso, as famílias manifestam a necessidade de estarem inseridas em organizações comunitárias enquanto condição para acessar melhorias para suas comunidades.

O Proambiente foi uma iniciativa que, sob vários aspectos, introduziu novos procedimentos de concepção e de gestão de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural (HIRATA, 2006). Três características do programa realçam essa qualidade inovadora: o protagonismo de organizações da sociedade civil em sua elaboração; o modelo de gestão que articula diferentes instrumentos de apoio ao desenvolvimento rural; e a instituição de recompensas pelos serviços ambientais gerados pela produção familiar rural (NASCIMENTO, 2009).

Acrescenta-se que o programa também proporcionou reflexões pertinentes, principalmente nos agricultores agentes comunitários, acerca das práticas de conservação dos recursos naturais associada à produção de alimentos saudáveis. Em todos os SAFs visitados, os agricultores reafirmaram a necessidade do plantio e manejo de espécies arbóreas como um bem natural para sua propriedade. Mesmo árvores que já possuíam até 30 anos deviam permanecer lá, de pé, para as futuras gerações.

c) Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)

Pode-se afirmar que a experiência do Proambiente e de outras importantes iniciativas encontradas nos agroecossistemas visitados (como, por exemplo, o Projeto Roça Sem Queima – PDA e o Projeto Sistema Diversificação do Dendê em SAF) apontou caminhos para a viabilização de iniciativas positivas de uma nova proposta de Ater que estava se formando. As atividades das equipes técnicas do programa visavam assessorar as diversas fases das atividades econômicas, sua organização, a produção, inserção no mercado, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas, primando pela segurança alimentar dos agroecossistemas. Neste sentido, as ações em nível local se inseriram nas estratégias da nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), lançada em 2004 e coordenada pelo MDA. Passou-se a

incorporar, em seus princípios e diretrizes, referência à agroecologia e aos métodos participativos de extensão rural, processo que se desdobrará em uma série de desafios no sentido de (re)orientar as práticas dos agentes de Ater nessa perspectiva. A tradução do enfoque agroecológico no âmbito da Pnater fomentou, por parte do MDA, um primeiro esforço de sistematização do aspecto agroecológico como um quadro de referência no âmbito das políticas públicas (SCHIMITT, 2017).

O papel exercido pelas assessorias técnicas, inclusive para além do Proambiente, contribuiu significativamente para a viabilidade dessas e de outras práticas agroecológicas no âmbito do Nordeste Paraense. Nos relatos dos agricultores e seus familiares fica claro que as estratégias utilizadas foram positivas devido à composição de equipes técnicas, com profissionais interdisciplinares de nível médio e superior, nas áreas sociais, agrárias (ambiental, florestal, agronomia), humanas e exatas, e sobretudo por causa da contratação de agentes comunitários eleitos por grupos de famílias para dar apoio às atividades.

Destaque deve ser dado ao fato de que todas as famílias contatadas concordam que a atuação de profissionais, sobretudo os vinculados à Embrapa, UFPA e Emater, ao longo dos anos, foi fator fundamental para o alcance dos resultados atuais em suas propriedades. Os projetos de pesquisa-ação (envolvendo professores, estudantes, pesquisadores e agricultores experimentadores) e as assessorias técnicas dessas instituições permitiram assegurar a continuidade das atividades, o envolvimento e o empenho dos agricultores e de suas organizações comunitárias.

d) Produção e comercialização

No processo de interlocução com os agricultores foi possível perceber que três políticas se destacam como principais, sendo essas as mais acessadas ao longo dos anos pelos agricultores estudados: Pronaf, PAA, PNAE. Apesar de apenas dois, dos nove agricultores, terem dito que já acessaram o Pronaf (Linhas Pronaf Investimento e Floresta), este ainda se constituía em uma das mais importantes e factíveis linhas de crédito para os agricultores familiares. Além disso, ao longo do tempo, ocorreram incorporações de diversas linhas capazes de proporcionar avanços significativos na promoção de sistemas agroflorestais e agroecológicos, conforme se pode constatar no Quadro 4, que descreve as principais linhas de crédito do Pronaf, referente ao Plano

Safra 2017/2018. Selecionamos as principais linhas de crédito mais adaptadas à realidade dos agroecossistemas amazônicos, que se relacionam com propostas de diversificação da produção, promoção de processos de transição agroecológica, valorização de SAF, empoderamento de mulheres e jovens, conservação da sociobiodiversidade. Explicitam-se, também, suas finalidades e condições de financiamento.

Quadro 4. Resumo do crédito do Pronaf – Plano Safra 2017/2018.

Linha	Finalidade	Condições
Pronaf custeio	Para financiamentos destinados ao cultivo de arroz, feijão, mandioca, feijão-caupi, trigo, amendoim, alho, tomate, cebola, inhame/cará, batata-doce, batata inglesa, abacaxi, banana, açaí, pupunha, cacau, baru, castanha-de-caju, laranja, tangerina, olerícolas, erva-mate Para financiamentos de cultivos em sistemas de produção de base agroecológica ou em transição para sistemas de base agroecológica Para o custeio pecuário destinado à apicultura, bovinocultura de leite, piscicultura, ovinos e caprinos	Para uma ou mais operações de custeio que, somadas, atinjam o valor de até R$ 250 mil, por mutuário em cada ano agrícola
	Custeio de milho	Até R$ 20 mil, por mutuário em cada safra. Nas operações que, somadas, ultrapassem o valor de R$ 20 mil até R$ 250 mil, por mutuário em cada ano agrícola
Pronaf Investimento (Mais Alimentos)	I – Adoção de práticas conservacionistas de uso, manejo e proteção dos recursos naturais, incluindo a correção da acidez e da fertilidade do solo, e aquisição, transporte e aplicação dos insumos para essas - finalidades. II – Formação e recuperação de pastagens, capineiras e demais espécies forrageiras, produção e conservação de forragem, silagem e feno destinados à alimentação animal. III – Implantação, ampliação e reforma de infraestrutura de captação, armazenamento e distribuição de água, inclusive aquisição e instalação de reservatórios d'água, infraestrutura elétrica e equipamentos para a irrigação. IV – Aquisição e instalação de estruturas de cultivo protegido, inclusive os equipamentos de automação para esses cultivos. V – Construção de silos, ampliação e construção de armazéns destinados à guarda de grãos, frutas, tubérculos, bulbos, hortaliças e - obras, inclusive a construção e aquisição de câmaras frias. VI – Aquisição de tanques de resfriamento de leite e ordenhadeiras	Até R$ 16,5 mil
Pronaf Floresta	Investimento para implantação de projetos de sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal	Até R$ 38,5 mil
Pronaf Jovem	Investimento para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural	Até R$16,5 mil, em até três operações por mutuário
Pronaf Microcrédito da Reforma Agrária	Crédito rural com Ater, para inovação tecnológica, sistemas agro-florestais, convivência com o bioma, sistema de base agroecológica ou orgânica	De R$ 18 mil até R$ 40 mil, com Ater remunerada de R$ 3,3 mil ou R$ 4,5 mil (região Norte) por família, divididos em três parcelas, durante 3 anos
Pronaf Agroecologia	Investimento para implantação de sistemas de produção agroecológicos e/ou orgânicos	Até R$ 165 mil
Pronaf Eco	Investimento para aproveitamento hidroenergético, tecnologia de energia renovável, tecnologias ambientais, projetos de adequação ambiental, adequação ou regularização das unidades familiares à legislação ambiental, implantação de viveiros de mudas	Até R$ 165 mil

	Investimento em silvicultura	Até R$ 165 mil
	Investimento em dendê (Pronaf Eco Dendê)	Até R$ 8,8 mil/ha Até R$ 88 mil
	Investimento em seringueira (Pronaf Eco Seringueira)	Até R$ 16,5 mil/ha Até R$ 88 mil
Pronaf Mulher Grupo "B"	Nas condições da linha Microcrédito Produtivo Rural - Grupo "B"	Sem metodologia até R$ 2,5 mil, com metodologia até R$ 5 mil
Pronaf Mulher Investimento	Nas condições da linha Pronaf Investimento (Pronaf Mais Alimentos)	Até R$ 165 mil ou até R$ 330 mil para atividades de suinocultura, avicultura, aquicultura, carcinicultura (criação de crustáceos) e fruticultura

Fonte: Extraído do Plano Safra/MDA - 2017/2018.

Verificaram-se, à época da pesquisa, razoáveis variedades de Pronaf disponíveis para financiar atividades alternativas de produção que, contudo, ainda não eram efetivamente acessadas pelos agricultores familiares. Um dos principais motivos era a falta de informações por parte desses agricultores, e, por outro lado, as barreiras burocráticas ainda constituíam impedimentos. Isso também retrata a existência de dificuldades enfrentadas pelo Pronaf no sentido de contemplar a diversidade de expressões da agricultura familiar existentes no País, sinalizando, de forma mais efetiva, a ruptura com o modelo tecnológico disseminado pela revolução verde (SCHIMITT e KATO, 2017).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do governo federal que compra alimentos da agricultura familiar e distribui em casos de situação de insegurança alimentar e nutricional. Ele também constitui estratégia para formação de estoques públicos ou estoques das organizações da agricultura familiar. Conforme se pôde verificar nos agroecossistemas visitados, alguns produtos têm sido fornecidos para o PAA de forma individual (realizado diretamente pelas famílias ao programa) ou de forma coletiva, por meio de cooperativas e associações. Neste caso, muitos produtos foram fornecidos por intermédio da Cooperativa de Irituia (D'IRITUIA) e da Associação de Produtores Familiares de Tomé-Açu (APROFAMTA).

Isso tem sido possível pelo fato de o PAA utilizar mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção. Segundo informações oficiais (MDA, 2016), em 2015/2016, o governo federal destinou R$ 1,3 bilhão para a agricultura familiar dentro do PAA. O programa passou a garantir a venda de 30% de produtos do setor a órgãos federais, estados e municípios. No estado

Valdir da Cruz Rodrigue, Jaqueline Rafael Cardoso Mesquita, Silvana Benassuly Maués de Medeiros

do Pará, no período de 2004 a 2014, o fornecimento de produtos pelos agricultores familiares tem crescido, ainda que tenham ocorrido algumas oscilações, conforme se verifica na Tabela 1.

Tabela 1. Quantidade de alimentos comprada pelo PAA da Agricultura Familiar no Pará – Valores em toneladas.

Ano	Quantidade	Ano	Quantidade
2003	0	2009	30.253,56
2004	8.582,20	2010	30.171,77
2005	18.344,17	2011	28.400,09
2006	23.520,35	2012	30.712,00
2007	27.559,40	2013	1.271,65
2008	1.750,75	2014	2.321,56

Fonte: MDSA, 2017.

A pesquisa não conseguiu ter acesso a dados sistematizados sobre o fornecimento de produtos para o PAA em cada um dos quatro municípios aqui tratados. Essas informações não estavam disponíveis nos serviços de informação da Conab.

Constata-se que ocorreram oscilações variadas na aquisição dos alimentos no Pará durante o período estudado. De maneira geral, vários fatores podem ter contribuído para essa realidade, e um deles pode ter sido o baixo nível de organização comunitária em torno de objetivos comuns dos agricultores, como o da comercialização coletiva de produtos da agricultura familiar. Contudo, vale ressaltar que, positivamente, dos nove estabelecimentos visitados, pelo menos quatro, sendo um de cada município, informaram que fornecem alimentos para o PAA, de forma individual e/ou coletiva, por meio da associação ou da cooperativa. No âmbito dessas propriedades, os principais produtos fornecidos à época eram: polpas de frutas, galinha caipirão, farinha de mandioca, ovos.

Outra ação frequentemente citada durante as interlocuções com os agricultores familiares refere-se ao fornecimento de alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o PNAE deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações. Priorizam-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. A lei também especifica que a aquisição dos produtos da agricultura familiar poderá ser

realizada por meio de Chamada Pública, dispensando-se, nesse caso, o procedimento licitatório.

Originalmente, a aquisição de alimentos da agricultura familiar se constitui em estratégia positiva no apoio aos agroecossistemas, pois visa ao emprego da alimentação saudável e adequada às escolas locais, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis. Além disso, essa política tem assegurado substancial apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, sazonais, produzidos em âmbito local e pela agricultura familiar (BRASIL, 2017). Verificou-se que os principais produtos fornecidos pelos agroecossistemas aqui tratados para o PNAE eram: farinha de mandioca, polpa de frutas, banana, laranja, açaí, melancia, hortaliças.

Efetivamente, esse encontro – da alimentação escolar com a agricultura familiar – tem promovido importante transformação na alimentação escolar, ao permitir que alimentos saudáveis e com vínculo regional, produzidos diretamente pela agricultura familiar, possam ser consumidos diariamente pelos alunos da rede pública de todo o Brasil. Contudo, há de se superar desafios na implementação dessa política, uma vez que se constatam entraves burocráticos de instituições governamentais, que dificultam o fornecimento de produtos. Algumas propriedades visitadas, por exemplo, manifestaram casos específicos de barreiras criadas por órgãos de fiscalização estadual que não condizem com a realidade do Nordeste Paraense, demonstrando o não conhecimento da cultura local e o pouco interesse para a superação das dificuldades que aparecem.

Mesmo que se identifiquem dificuldades em relação aos formatos de elaboração e contratação dos projetos, particularmente dos projetos produtivos e de comercialização com enfoque agroecológico dos agroecossistemas estudados, essas e outras políticas possibilitaram construir uma face nova da ação do Estado brasileiro. Trata-se de políticas específicas para uma categoria de agricultores: os agricultores familiares. Essa definição não foi por acaso, mas tem sua origem em reivindicações anteriores de movimentos sociais do campo e de uma definição operacional que os gestores públicos pudessem manejar (SCHNEIDER, 2013). Elas influenciaram de forma direta no desenvolvimento rural desses agroecossistemas porque foram capazes de assegurar acesso de forma individual e coletiva aos recursos públicos destinados à agricultura; possibilitaram a adoção de inovações produtivas (os sistemas

diversificados), contando com assessorias técnicas qualificadas e adaptadas às realidades locais; proporcionaram o fortalecimento das organizações associativas/cooperativas na implementação das políticas.

A incorporação de um enfoque agroecológico a essas políticas contribuiu para que ocorressem alterações no sistema produtivo e social das famílias. Essas políticas possuíam suas origens na reconfiguração do modo como os agricultores articulam, em diferentes níveis, atividades, processos, pessoas e recursos, fortalecendo sua base produtiva, ampliando suas possiblidades de reprodução econômica e social, reforçando sinergias entre processos ecológicos e processos sociais e reduzindo sua dependência em relação a recursos externos não renováveis (SCHIMITT, 2017). Por consequência, a questão da soberania e segurança alimentar se tornou evidente, principalmente na execução e articulação do Pronaf, PAA e PNAE, cujos esforços para desenvolver as capacidades individuais e coletivas na produção e no consumo de alimentos locais pelos agricultores e pela sociedade se tornaram parte importante das ações coletivas dos territórios.

CONCLUSÕES

Este artigo buscou refletir sobre a identificação e análise de políticas públicas em favor da agroecologia e da diversificação de atividades produtivas e econômicas junto a agricultores familiares de municípios localizados no Nordeste Paraense. Como se procurou demonstrar, no caso dos agroecossistemas estudados, foram encontradas iniciativas positivas em desenvolvimento, resultantes da implementação de políticas públicas, tais como certas linhas do Pronaf, além do PAA, do PNAE e de outros projetos desenvolvidos por meio de parcerias entre os agricultores e instituições de ensino, pesquisa e extensão, que priorizam dimensões importantes do desenvolvimento. Demonstrou-se aqui o quanto se faz importante a presença de iniciativas governamentais no apoio à diversificação produtiva das propriedades familiares.

No âmbito das propriedades analisadas percebe-se um significativo empenho das famílias na execução de atividades produtivas diversificadas e de perspectiva agroecológica. A convivência com as famílias e suas organizações comunitárias (associações/cooperativas), para além das entrevistas não diretivas, e a partir das análises de suas perspectivas de vida, permite afirmar que elas anseiam por aumentar

gradualmente sua produção sem, contudo, perder o perfil agroecológico de seus sistemas produtivos, e garantir, primeiro, sua segurança alimentar.

Verifica-se que as práticas de diversificação produtiva encontradas, traduzidas em seus aspectos sociais, técnico-produtivos, econômicos e ambientais, desenvolvem formas diversificadas para assegurar sua resiliência numa dicotomia entre as políticas públicas que não se caracterizam como permanentes e a capacidade dos agroecossistemas se manterem em plena evolução.

Constata-se que a garantia de acesso dos produtos dessas famílias a mercados é um fator importante para a continuidade de suas iniciativas produtivas diversificadas. Como exemplo, a experiência das compras públicas (PAA e PNAE) constitui um caminho positivo proporcionado pelas esferas de governo, que favoreceu a disseminação de programas de promoção da segurança e soberania alimentar e nutricional com forte aporte governamental.

O papel desempenhado pelas assessorias técnicas nessa trajetória deve ser enaltecido, sobretudo com a presença regular da Embrapa, UFPA e Emater (no caso específico dos agroecossistemas estudados) no apoio a pesquisa, orientações técnicas, experimentação e publicação dos resultados obtidos com os SAFs nos variados processos locais.

Incide-se a necessidade de se implementarem investigações atualizadas acerca do desenvolvimento e dos resultados dessas experiências, estabelecendo parâmetros avaliativos a respeito da continuação (ou não) do apoio de políticas públicas. Isso pode permitir avaliar a resiliência desses agroecossistemas em relação aos apoios governamentais e mesmo às dinâmicas naturais desses sistemas, bem como as possibilidades de replicação dessas experiências em outras localidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANA, Articulação Nacional de Agroecologia (Brasil). **Método de análise econômico-ecológica de Agroecossistemas /** Paulo Petersen ... [et al.]. – 1. ed. - Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017. 246 p.

BARROS, Andréa Vieira Lourenço de. **Evolução dos Sistemas Agroflorestais desenvolvidos pelos Agricultores Nipo-Brasileiros do Município de Tomé-Açu, Pará, Brasil**. Tese de Doutorado. UFRA/EMBRAPA. Belém, Pará. 2009. p.21.

BRASIL. **Referências para Gestão Social dos Territórios Rurais**. Beberibe: III Encontro Nacional de Colegiados Territoriais, 2008. (Série Documentos de Apoio nº 03, março 2006).

_____Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/agricultura-familiar>. Acesso em: 14 jul. 2017.

_____ Ministério do Desenvolvimento Social/PAA. Disponível em: <http://mds.gov.br>. Acesso em: 17 jul. 2017.

_____ Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/plano-safra-da-agricultura-familiar-20172020>. Acesso em: 17 jul. 2017.

BECKER, H.S. **Observação Social e estudos de casos sociais:** método de pesquisa em ciências sociais. Tradução Marco Estevão e Renato Aguiar. São Paulo: Hucitec, 1994.p. 117-133.

CANAVES, F. DE C.; MOURA, I. F. de; SOUZA, C. de. **Agroecologia nas políticas públicas e processos de segurança alimentar e nutricional.** Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, n. 23, p. 1019-1030, 2016.

CAPORAL, F. R., COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural**: Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. IICA: Porto Alegre, 2004.

COLLADO, Ángel Calle; GALLAR, David. Agroecologia política: transição social e campesinato**.** CONGRESSO DA ALASRU, 8., 2010, Pernambuco. **Anais** [...]. Pernambuco: ALASRU, 2010. 23 p.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa em ciências sociais. 8. ed. Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 2004.

GUSMÁN, Eduardo Sevilla. A perspectiva sociológica em agroecologia: uma sistematização de métodos e técnicas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 18-28, 2002.

IDEFLORBIO. Disponível em: <http://ideflorbio.pa.gov.br/project/projeto-tijolo-verde>. Acesso em: 17 jul. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE Censo demográfico – Brasil, 2010. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 28 abr. 2018.

LEITE, S. P., Delgado, N.G., Bonnal, F., Kato, K. Articulação de políticas públicas e atores sociais. In: Tania Bacelar... [et al] (Org.). **Desenvolvimento Territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais.** Brasília: IICA, 2011. p. 69-170. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, 14).

LONDRES, F.; PETERSEN, P.; MARTINS, G. (org.). **Olhares agroecológicos**: análise econômica ecológica de agroecossistemas em sete territórios brasileiros. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017. 192 p.

MICHELAT, G. **Sobre a utilização da entrevista não diretiva em sociologia**. In: THIOLLENT, M. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. 5. ed. São Paulo: Polis, 1987.p. 191-212.

MOTA, D. M., MEYER, G., CORRÊA, R. O., BATISTA, M. G. **O Projeto Ver-o-Peixe no Nordeste Paraense**. In: Nascimento... [et al] (Org.). Inovações em desenvolvimento territorial: novos desafios para a Embrapa. Brasília: Embrapa Informações Tecnológicas**,**
2011, p. 379-408.

MOLINA M. G. **Introducción a la agroecología**. Valencia: Sociedad Española de Agricultura Ecológica (SEAE), 2011. (Série Agroecología y ecología agrária).

NASCIMENTO, Huandria Figueiredo do. **Transição agroecológica: sonho ou realidade? Uma reflexão do Polo Rio Capim do PROAMBIENTE /** Dissertação de mestrado; orientador, Osvaldo Ryohei Kato. UFPA/EMBRAPA. 2009. 187 p.

OLIVEIRA, C. D. **Dinâmicas Territoriais e Organizacionais na Zona Sul do Rio Grande do Sul**: **um estudo do processo de gestão social do desenvolvimento territorial**. Rio Grande do Sul, RS: Editora da UFRGS, 2015.

PERICO, R. E. **Identidade e território no Brasil**. Brasília: IICA, 2009.

PIRAUX, M., SILVEIRA, L., DINIZ, P., DUQUE, G. Transição agroecológica e inovação socioterritorial. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 5-29, 2012.

_____**Gestão social dos territórios: o desafio da multidimensionalidade.** In: BACELAR, T. et al. (org.). Gestão Social dos Territórios. Brasília: IICA, 2009. p. 25-34. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável: v. 10).

PUTNAM, R.D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

PROAMBIENTE. **Proposta Definitiva**. Brasília: Programa PROAMBIENTE, 2003. 32 p.

SCHMITT, Claudia Job; KATO, Karina. **A incorporação de um enfoque agroecológico às políticas de crédito rural e de financiamento da agricultura familiar: questões para debate**. In: MALUF, Renato S.; FLEXOR, Georges (org.). Questões agrarias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas. 1. ed. - Rio de Janeiro: E-Papers, 2017. p. 301-311.

SCHMITT, C. Job. **As políticas em favor da agroecologia na trajetória do Ministério do Desenvolvimento Agrário: uma mirada retrospectiva**. In: MALUF, Renato S.; FLEXOR, Georges (org.). Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas. 1. ed. - Rio de Janeiro: E-Papers, 2017. p. 287-324.

SCHNEIDER, S. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil**. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, n. 52, n. 1, p. 125-146, 2014.

TOLEDO, V. M. Agroecologia é uma revolução epistemológica. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 13. n. 1, p. 42-45, 2016.